

A PROIBIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM HUMANA NA
ICONOGRAFIA DO POVO DE ISRAEL DURANTE O PERÍODO BÍBLICO

THE PROHIBITION OF HUMAN IMAGE REPRESENTATION IN THE
ICONOGRAPHY OF THE PEOPLE OF ISRAEL DURING BIBLICAL PERIOD

Karina Santos de Oliveira¹

Resumo:

Este artigo apresenta uma pesquisa de mestrado sobre as implicações da proibição bíblica de confeccionar imagens na inibição da representação da imagem humana na iconografia do povo de Israel durante o período bíblico. Era evitado confeccionar imagens humanas em qualquer situação, pois havia um temor de que o povo de Israel se corrompesse e adorasse outros deuses, adotando superstições e o sincretismo religioso. Mais tarde, passaram a ser feitas imagens humanas que não tivessem função de objetos de culto.

Palavras-chave:

Imagem humana, iconografia israelita, período bíblico

Abstract:

This article presents a master degree research about the implications of the biblical prohibition of making images in the inhibition of human representation in the iconography of the people of Israel during the biblical period. It was avoided

¹ Mestranda em Estudos Judaicos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Árabes e Judaicos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Especialista em História da Arte pela Faculdade Paulista de Artes. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo. Gestora do Memorial do Ministério Público do Estado de São Paulo.
karinaoliveira@usp.br

to fabricate human images in any situation, because there was a fear that the people of Israel was corrupted and worshiped other gods, embracing superstitions and religious syncretism. Later, it began to be made human images that had no function of objects of worship.

Keywords:

Human image, Israelite iconography, biblical period.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta a pesquisa que desenvolvo, desde o 1º semestre de 2012, na área de Estudos Judaicos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Árabes e Judaicos da Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no nível de mestrado, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Suzana Chwartz.

Na pesquisa ora em curso, estudo as implicações do Decálogo ou da proibição bíblica de se confeccionar imagens, presente nos livros bíblicos Êxodo (Ex 20, 4-6) e Deuteronômio (Dt 5, 6-8), na inibição da representação da imagem humana na iconografia do povo de Israel durante o período bíblico. Entende-se como imagem para esta pesquisa toda e qualquer reprodução imitada da natureza, seja qual for a técnica empregada em sua confecção.

O tema parece pertinente porque as passagens bíblicas referentes a esta proibição de confeccionar imagens são, em geral, colocadas como uma barreira que impediu o desenvolvimento das artes plásticas ou visuais entre o povo de Israel na Antiguidade e, conseqüentemente, evitou a realização de imagens humanas na iconografia feita por este povo, ao menos no período bíblico. Porém, achados arqueológicos demonstram que através da história judaica as atitudes e interpretações com relação a este mandamento bíblico variaram por regiões e gerações, indo da proibição total da representação da imagem humana ao seu oposto, com a incorporação de imagens humanas em objetos de ritualística, paredes de sinagogas e iluminuras.

Esta pesquisa de mestrado tem, portanto, como objetivo, compor um comentário crítico-acadêmico sobre a influência da proibição bíblica das imagens na interdição da representação da imagem humana na iconografia de Israel durante o período bíblico, analisando as questões teológicas, histórico-culturais e materiais envolvidas nisto. Inclusive, no que se refere à convivência do povo de Israel com outros povos, politeístas, analisando a religião do povo de Israel no contexto histórico dos povos do Oriente Próximo antigo.

Inicialmente, as fontes da pesquisa são os textos escritos pelos autores bíblicos, nas traduções da *Bíblia de Jerusalém*, da *Bíblia de Estudo Almeida* e a tradução dos livros *Êxodo* e *Deuteronômio* feita por André Chouraqui, para que a partir da comparação entre os textos, compreenda-se melhor o sentido da proibição bíblica de imagens e, conseqüentemente, da representação de figuras humanas. Num segundo momento, os comentários antigos e modernos sobre o tema estão servindo para iluminar ou esclarecer ainda mais o texto bíblico, auxiliando na contextualização da problemática apresentada.

Este artigo aborda, portanto, o que já foi desenvolvido desta pesquisa para dissertação de mestrado neste primeiro semestre do programa.

A PROIBIÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM HUMANA NA ICONOGRAFIA DO POVO DE ISRAEL DURANTE O PERÍODO BÍBLICO

Como o foco de estudo desta pesquisa são as implicações do Decálogo e da proibição bíblica de se confeccionar imagens, presente nos livros bíblicos *Êxodo* (Ex 20, 4-6) e *Deuteronômio* (Dt 5, 6-8) na inibição da representação da imagem humana na iconografia do povo de Israel durante o período bíblico, o ponto de partida foi encontrar na Bíblia Hebraica outras passagens que tratem sobre a proibição de representação de imagem, para verificar se alguma trata especificamente sobre a representação da imagem humana, afinal, as passagens do livro do *Êxodo* e do *Deuteronômio* que tratam do Decálogo não são claras quanto a isto, embora afirmem que não deve ser representada semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra.

Desta maneira, verifica-se que além do que está no Decálogo, existe uma única passagem bíblica onde se encontra claramente a proibição de se confeccionar ou representar a imagem humana pelo povo de Israel, no livro do Deuteronômio (Dt 4, 16):

... Para que não vos corrompais e vos façais alguma imagem esculpida na forma de ídolo, semelhança de homem e mulher...
(BÍBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, p. 207).

A partir daí, ficou claro para esta pesquisa que, de fato, existe uma proibição bíblica de que se confeccione ou represente a imagem humana.

Em seguida, foi necessário buscar compreender o porquê desta proibição, analisando este versículo bíblico dentro de um contexto mais amplo, buscando verificar o contexto histórico-cultural e teológico em que o livro do Deuteronômio foi escrito e a relação deste livro com outros livros da Bíblia Hebraica, especialmente com os textos que se referem ao Decálogo, para que assim pudessem ser identificados os tipos de imagens com figuração humana que não podiam ser fabricadas pelo povo de Israel durante o período bíblico.

De acordo com a *Bíblia de Jerusalém*², o livro do Deuteronômio é composto de um código de leis civis e religiosas (Dt 12,1 – 26,15), enquadrado num grande discurso de Moisés (Dt 5 – 11 e Dt 26, 16 – 28,18). Este conjunto, por sua vez, é precedido do primeiro discurso de Moisés (Dt 1- 4), e é seguido do terceiro discurso de Moisés (Dt 29 – 30) e também de trechos sobre o fim da vida e missão de Moisés e o início da missão de Josué. O código deuteronômico acaba por retomar, em parte, as leis promulgadas no deserto, ou seja, o Decálogo e outras leis presentes na narrativa do livro do Êxodo.

Os discursos de Moisés no livro do Deuteronômio recordam os grandes acontecimentos do Êxodo, do Sinai e da conquista que começava. Estes discursos têm a função de salientar o sentido religioso desses acontecimentos, sublinhar o alcance da lei e exortar o povo de Israel à fidelidade.

² Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Editora Paulus, 2003, p. 21-31.

O versículo 16 do capítulo 4 do livro Deuteronômio está, portanto, inserido no contexto de um discurso atribuído a Moisés, após a chegada dele com o povo de Israel às terras de Moab, última etapa da longa caminhada dos israelitas pelo deserto. Este primeiro discurso de Moisés no livro do Deuteronômio é um resumo da história de Israel entre sua estada no Sinai e sua chegada ao Fasga, frente ao Jordão, seguido de uma lembrança da Aliança e de suas exigências.

O discurso é formado de duas partes: a primeira é um resumo dos acontecimentos vividos por Israel desde a sua partida de Horeb até a chegada à região de Moab (Dt 1,6 – 3,29), e a segunda é uma exortação de Moisés para o povo ouvir a voz de Iahweh e cumprir os seus mandamentos (Dt 4 - 40). Israel deve manter-se fiel ao Deus que com ele estabeleceu uma aliança, Ihe revelou os seus mandamentos e o conduziu desde o Horeb até a entrada na terra prometida ao povo de Israel.

Neste sentido, o versículo 16 do capítulo 4 do livro Deuteronômio, referente à proibição da representação da imagem humana, está inserido na parte do discurso que remete à lembrança da Aliança e suas exigências, que são o cumprimento dos mandamentos de Iahweh, incluindo-se aí o Decálogo. Portanto, é possível concluir que este versículo está em estrita relação com a proibição de confecção de imagens presente nos textos que relatam o Decálogo.

Estudando os versículos anteriores a este, que menciona claramente a proibição de representar a imagem humana, foi possível encontrar a razão principal desta proibição (Dt 4, 12- 13; 15):

Então, o Senhor vos falou do meio do fogo; a voz das palavras ouvistes; porém, além da voz, não vistes aparência nenhuma. Então, vos anunciou ele a sua aliança, que vos prescreveu, os dez mandamentos, e os escreveu em duas tábuas de pedra. (...). Guardai, pois, cuidadosamente, a vossa alma, pois aparência nenhuma vistes no dia em que o Senhor, vosso Deus, vos falou em Horeb, no meio do fogo (BIBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, p. 207).

Da leitura destes versículos pode se concluir que eles fazem referência ao momento da entrega do Decálogo ao povo de Israel. Mas, principalmente, pode se inferir através deles que a razão para a não representação da imagem de Deus pelo povo de Israel é que nenhuma aparência ou forma de lahweh, o Deus de Israel, foi vista pelo povo no dia em que Este entregou as tábuas com os mandamentos, apenas uma voz foi ouvida, pois Deus se fez conhecer pelo povo de Israel por meio de palavras e não por uma imagem.

E do estudo dos versículos posteriores ao que menciona a proibição da representação da imagem humana, conclui-se que não é somente a representação da imagem humana que é proibida em função do que ocorre no momento da entrega do Decálogo ao povo de Israel (Dt 4, 17-19):

... semelhança de algum animal que há na terra, semelhança de algum volátil que voa pelos céus, semelhança de algum animal que rasteja sobre a terra, semelhança de algum peixe que há nas águas debaixo da terra. Guarda-te não levantes os olhos para os céus e, vendo o sol, a lua e as estrelas, a saber, todo o exército dos céus, sejas seduzido a inclinar-te perante eles e dêes culto àqueles, coisas que o Senhor, teu Deus, repartiu a todos os povos debaixo de todos os céus (BIBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, p. 207).

Neste contexto, percebe-se que são também proibidas representações de animais. Além disso, esta passagem bíblica proíbe que o povo de Israel se incline e cultue elementos do sistema solar, como o sol, a lua e as estrelas, pois são coisas que o Deus de Israel repartiu a todos os povos.

Da análise geral deste capítulo, pode se inferir que o livro Deuteronômio proíbe a representação do Deus de Israel na forma humana, e também na forma de animal, pois nenhuma forma de Deus foi vista no Horeb no dia da entrega do Decálogo. Apenas a voz de lahweh foi ouvida pelo povo de Israel. Além do mais, proíbe o culto de astros, como se estes fossem deuses.

Sendo assim, a pesquisa pode concluir, até este momento, que realmente existem implicações da proibição de confecção de imagens, estabelecida no Decálogo, na inibição da representação da imagem humana pelo povo de Israel durante o período bíblico, no sentido de que esta se

relaciona com a proibição de se confeccionar ou representar imagens do Deus de Israel.

A partir de então, com o objetivo de esclarecer ainda mais estas implicações, é necessário analisar as narrativas do Decálogo, presente no livro do Êxodo (Ex, 20, 1-17) e repetida no segundo discurso de Moisés no livro do Deuteronômio (Dt 5, 1- 21), no que se refere às imagens.

O Decálogo é considerado a lei fundamental, moral e religiosa da aliança de lahweh com o povo de Israel. Também denominado de as dez palavras, de acordo com a redação destes textos bíblicos, são as únicas palavras pronunciadas por Deus, diretamente, sem a mediação de Moisés. O Decálogo é parte fundamental da constituição do monoteísmo ético de Israel.

No que se refere às imagens, o Decálogo, em sua versão no livro do Êxodo (Ex 20, 4-5) traz a seguinte redação:

Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem embaixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não os adorarás, nem lhes dará culto... (BÍBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, p. 102).

Apesar do uso de outras palavras e expressões, a redação do Decálogo no livro Deuteronômio trás poucas alterações no texto (Dt 5, 8-9). O Decálogo faz parte integrante dos relatos e das leis do Êxodo, e é enquanto tal, que ele é rememorado no livro Deuteronômio.

Neste contexto, torna-se importante esclarecer o porquê de se proibir a confecção de imagens na Bíblia Hebraica e quais as características e atributos do Deus de Israel que interdita sua representação plástica ou material, especialmente na forma humana, apesar de ser dito na Bíblia que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança (Gn 1, 26-27) e apesar também dos autores bíblicos usarem por vezes alguns antropomorfismos para se referirem a lahweh (Ex 15, 3; 1Rs 22,19; Is 30, 27; Ez 1, 26).

Uma leitura apurada dos versículos sobre a proibição de imagens, aliados ao versículo anterior, “Não terás outros deuses diante de mim” (Ex 20, 3; Dt 5, 7), nos leva a inferir que a proibição de confeccionar imagens estava diretamente relacionada a uma aversão à idolatria, que para o povo de Israel

seria o culto de outros deuses ou divindades, pois era exigido que o povo de Israel não tivesse outros deuses diante de lahweh. A Ele deveria ser prestado culto exclusivo. Além disso, não deveriam ser feitas imagens de lahweh, de nenhuma forma, para serem adoradas ou cultuadas. Portanto, não poderiam ser cultuadas nenhuma divindade ou nenhuma criatura além do Deus de Israel e, além disso, lahweh não poderia ser representado de forma plástica ou material.

Neste sentido, a *Encyclopaedia Judaica*³ afirma que a injunção bíblica contra a idolatria envolve três problemas mais ou menos separados ou distintos que são o culto de ídolos, o culto de Deus com ritos pagãos, já que Deus precisa ser cultuado de acordo com Sua vontade, e a feitura de ídolos. Também é dito que a Bíblia ataca a idolatria em dois diferentes fundamentos: sua prática constitui uma violação à Aliança (firmada entre lahweh e o povo de Israel em que o povo se compromete a obedecer aos mandamentos entregues por Deus a Moises no Monte Sinai) porque, por um lado, qualquer forma de culto não especificamente prescrito por Deus é uma afronta a Sua absoluta soberania e onipotência e, por outro lado, ela é inútil porque Deus está no controle de toda a natureza.

Contudo, o ponto principal da questão exposta no Decálogo é que lahweh não poderia ser representado, pois o Deus de Israel deveria manter-se inimaginável e abstrato. A religião monoteísta do povo de Israel é caracterizada pela transcendência espiritual, pois lahweh não se identifica com nenhuma imagem feita pelo homem.

Sendo assim, quando a Bíblia hebraica afirma no livro Gênesis (Gn 1,27) que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança, o *The JPS Torah Commentary*⁴ esclarece que esta expressão enfatiza, na verdade, a incomparável natureza do seu humano e sua especial relação com Deus. Em outras palavras, esta dita semelhança com Deus revela o infinito valor do ser

³ *Encyclopaedia Judaica Jerusalem*, v.8. Jerusalem: Keter Publishing House, 1972, p. 1227-1234.

⁴ SARNA, NAHUM. *Genesis: the traditional Hebrew text with new JPS translation*. Philadelphia: The Jewish Publication Society, 1989. p. 11-14.

humano e afirma a sua inviolabilidade, além de opor a natureza do homem à natureza do reino animal e estabelecer o domínio do homem sobre a natureza.

O *The JPS Torah Commentary* também enfatiza que as palavras usadas para transmitir esta ideia podem ser melhor entendidas sob a luz de um fenômeno registrado na Mesopotâmia e no Egito, onde o monarca é descrito como “a imagem” ou “a semelhança” de um deus, e ainda afirma que, sem dúvida, a terminologia empregada no livro Gênesis é derivada de vocabulário da realeza, que serve para elevar o rei acima do correr normal dos homens. Sendo assim, dizer que todo homem é criado à imagem e semelhança de Deus significa que cada pessoa possui a marca da realeza. Além disso, em estelas reais assírias, os deuses são geralmente representados por seus símbolos. Estas imagens são chamadas “a imagem do grande deus”. Neste contexto, a caracterização do homem como “a imagem de Deus” fornece a dimensão do homem como símbolo da presença de Deus na terra. O homem não é divino, mas sua existência dá testemunho da atividade de Deus na vida do mundo.

Entretanto, de tudo isso pode se inferir que esta explicação não significa que Deus tem uma forma e que esta forma seja humana e, por isso, o Deus de Israel não pode, de fato, ser representado de qualquer forma.

Verificando essa questão de representação da divindade em outros povos próximos aos israelitas no período bíblico e relacionando isso com a confecção de imagens humanas, percebe-se que, ao contrário das culturas egípcia e mesopotâmica, com as quais o povo de Israel conviveu no período bíblico em que a representação plástica de divindades (geralmente identificados com corpos celestes ou com forças e funções da natureza e representados na forma de seres humanos e de animais) era componente fundamental da religião, na religião do povo de Israel prevalecia o princípio da não representação da divindade, pois *lahweh* é caracterizado na Bíblia Hebraica como um Deus transcendente, invisível e inefável. Se na religião desses povos a imagem representava a presença visível da divindade, em Israel, a palavra de *lahweh* e Seu nome ocuparam o lugar que nas religiões politeístas detinham essas imagens.

Além disso, ao contrário do que ocorria nas religiões politeístas em que seres humanos confeccionavam imagens religiosas, a Bíblia Hebraica estabelece que nada do que fabricam as mãos do homem pode representar seu Criador e único deus digno de ser adorado pelo povo de Israel.

De acordo com André Chouraqui, Iahweh se afirma no Decálogo como força transcendente em relação a todo ser criado e a consequência lógica da afirmação precedente é que é impossível representar Iahweh, seja de que maneira for e, portanto, é interdito fazer imagens Dele e, com mais razão, servir-se delas como objetos de culto.

Entretanto, apesar de Israel ter desenvolvido uma religiosidade diferente, é possível afirmar que obviamente estes povos influenciaram a religião e a cultura do povo de Israel. Neste sentido, Von Rad, no livro *Teologia do Antigo Testamento* expõe que “com certeza não nos enganaremos, se entendermos a proibição de imagens em função do mundo religioso que rodeia Israel, como a expressão de uma concepção do mundo profano profundamente distinta” (2006, p. 214).

Neste mesmo sentido, André Chouraqui, em sua tradução do livro *Nomes (Êxodo)* da Bíblia Hebraica, afirma que o Decálogo é constituído por mandamentos culturais e morais que pertencem à moral universal e tem “seus correspondentes nas sabedorias do Egito e da Mesopotâmia” (1985, p. 241). Assim como ele também diz que “o conteúdo desse código (o Decálogo) tem numerosas relações com as leis da Mesopotâmia” (1985, p. 252).

Nas culturas canaanita e persa, com as quais o povo de Israel também conviveu no período bíblico, a iconografia religiosa também era um traço comum.

A maioria das religiões politeístas retratava seus deuses de maneira antropomórfica, ou seja, na forma de seres humanos, porém, havia deuses retratados também na forma de animais e, em alguns casos, num misto das duas formas.

Quando representavam seus deuses na forma humana, acredita-se que esses povos concebiam deuses à sua própria imagem, pois os deuses pagãos

normalmente eram caracterizados como tendo as mesmas necessidades, fraquezas e imperfeições dos seres humanos.

À luz disso, mas em contraste, o Deus de Israel possui características diferentes dos deuses pagãos, pois não se manifestava ao povo de Israel por uma imagem humana e sim por palavras.

Quanto ao fato de os autores bíblicos utilizarem antropomorfismos para se referirem à lahweh (Ex 15, 3; 1Rs 22,19; Is 30, 27; Ez 1, 26), pode se inferir que estes tinham mera função de figuras de linguagem, metáforas. Algumas passagens demonstram que os autores bíblicos sempre imaginaram lahweh na forma humana, mas, para Von Rad, “essas humanizações nos conceitos e na linguagem não constituíam nenhuma imagem cúltica, nenhuma mediação da revelação, a que exigisse veneração cúltica” (2006, p. 215).

Além disso, os autores da Bíblia Hebraica enxergavam os deuses pagãos como deuses falsos e ineficazes, meros ídolos fabricados por mãos humanas, pois para eles somente o Deus de Israel é verdadeiro e eficaz. Israel negava o status dessas divindades como deuses. Esta ideia está exposta no livro do Deuteronômio:

Lá, servireis a deuses que são obra de mãos de homens, madeira e pedra, que não vêem, nem ouvem, nem comem, nem cheiram (BÍBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, p. 208).

Também no que se refere aos deuses adorados por outros povos, mas representados na forma humana, o Salmo 115, que na *Bíblia de Jerusalém* recebe o nome de “O único Deus verdadeiro”, é enfático ao afirmar que estes deuses têm a forma humana, porém, não podem utilizá-la para nada, pois são deuses totalmente ineficazes, desprezíveis, inoperantes e inertes, que não têm nenhum poder sobrenatural, por serem obras de mãos humanas:

... “Onde está o Deus deles?”
O nosso Deus está no céu
E faz tudo o que deseja.
Os ídolos deles são prata e ouro,
Obras de mãos humanas:
têm boca, mas não falam;
têm olhos, mas não vêem;

têm ouvidos, mas não ouvem;
têm nariz, mas não cheiram;
têm mãos, mas não tocam;
têm pés, mas não andam;
não há um murmúrio em sua garganta.
Os que os fazem ficam como eles,
Todos aqueles que neles confiam...
(BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2003, p. 986-987).

Além de expressar a ideia de falsidade, esses trechos também expressam a ideia de que aqueles deuses são mortos, deuses que não têm vida como suas imagens, enquanto o Deus de Israel é vivo.

Tendo em vista esse contexto geral, compreende-se melhor o sentido da expressão “não vos corrompais”, presente no versículo 16 do capítulo 4 do livro do Deuteronômio, que trata especificamente da proibição da representação da imagem humana:

... Para que não vos corrompais e vos façais alguma imagem esculpida na forma de ídolo, semelhança de homem e mulher...
(BÍBLIA DE ESTUDO ALMEIDA, 2006, p. 207).

Por todas as razões apresentadas acima e pelo estudo desse versículo, pode-se concluir que fazer imagens, inclusive com forma humana masculina ou feminina, e prostrar-se diante delas para adorá-las, era considerado um sinal de corrupção religiosa entre o povo de Israel, uma desvirtuação do culto exclusivo devido a Deus.

Neste sentido, pode-se inferir que a corrupção era um temor destacado pelos autores bíblicos, pois existem outras inúmeras passagens bíblicas que exortam o povo de Israel a não fabricar e nem adorar ídolos, pois isto fazia as pessoas ficarem impuras perante Deus, além de poluir a terra.

Era forte a preocupação para que o povo não se deixasse seduzir pela religião e pelos deuses estrangeiros e os servisse, para que o povo não tivesse superstições ou adotasse práticas religiosas sincréticas, já que o culto a outros deuses era algo colocado como abominável para Iahweh, que Lhe causava ira, pois isto significava o rompimento da aliança, tendo em vista que a relação

entre lahweh e Israel pressupõe a exclusão de qualquer relação com outras divindades.

Entretanto, as inúmeras passagens bíblicas que visam combater ou desacreditar a idolatria são indícios claros de que a fabricação de ídolos, ou seja, imagens para culto, incluindo-se aí também imagens para o culto de lahweh, sempre esteve presente entre o povo de Israel no período bíblico. Essas passagens também demonstram que existiam diferenças entre a religião oficialmente estabelecida e a religião popularmente praticada. Percebe-se que o problema da idolatria continuava a existir na história do povo de Israel, apesar da proibição estabelecida pela religião oficial. As superstições e o sincretismo religioso estiveram continuamente presentes entre o povo de Israel.

Por causa deste temor, qualquer tipo de representação de imagens humanas era coibido entre o povo de Israel nesse momento histórico.

Contudo, de acordo com Yehezkel Kaufmann, a religião israelita “rejeitou desde o início imagens adoradas como deuses”, mas que ela “não proibiu as imagens cultuais que não eram objetos de adoração” (1989, p. 235). Existem muitas passagens bíblicas que ilustram o fato de que os israelitas fizeram imagens nos diversos momentos de sua história e a confecção dessas imagens era autorizada por Deus. Por exemplo, os relatos bíblicos contam que Moisés fez uma serpente de bronze a mando de Deus (Nm 21, 8) e também os querubins da arca da aliança (Ex 37,7; Dt 10,5). Portanto, esses objetos não se enquadravam no que é definido como idolatria em Israel. Os textos bíblicos relatam também a presença de objetos cultuais e figuras decorativas no Templo de Salomão, com imagens de plantas, animais e querubins (1Rs 6,1-37; 2Cr 3,1-15; 2Cr 4,1-22). No entanto, não se encontra textos bíblicos com referência à presença de figuras humanas em imagens. Já os achados arqueológicos deste período apontam, por exemplo, a existência de figuras de deusas-mães, ligadas a cultos de fertilidade. Uma clara influência da religiosidade de outros povos e uma demonstração da religião popular do povo de Israel no período bíblico.

Dos estudos feitos por esta pesquisa de mestrado, até este momento, pode-se inferir que, em geral, até o período do Segundo Templo, as imagens

oficialmente produzidas pelo povo de Israel se restringiam aos objetos de culto e de decoração, sem a reprodução da figura humana.

Em períodos posteriores ao bíblico, surge mais nitidamente uma compreensão entre o povo de Israel de que o contexto religioso em que a proibição de imagens foi estabelecida no Decálogo demonstra que era proibida a confecção de imagens humanas com finalidade de culto ou adoração, mas que isso não eliminava a possibilidade de o povo de Israel fazer arte e representar imagens humanas com outras finalidades.

Isso pode ser observado em sinagogas como Dura Europos, do século III E.C., e Beth Alpha, do século VI E.C., com imagens humanas em suas paredes, especialmente de Moisés. Essas imagens demonstram que, no final da Antiguidade e início da Idade Média, aquelas que não tinham conotação de ídolos eram aceitáveis entre o povo judeu, pois a finalidade dessas imagens era a de instruir o povo nos fundamentos da fé judaica e de fazer lembrar aos que contemplavam as figuras as ocasiões em que Deus manifestara seu poder.

André Chouraqui afirma no livro *Nomes* que “a partir do fim da Antiguidade, os judeus ornaram suas sinagogas com representações de homens ou animais, decorativas ou históricas. Mas, em princípio, jamais esses ornamentos foram objetos de culto” (1985, p. 244).

O historiador da arte Ernest Hans Gombrich afirma, no livro *A História da Arte*, que “na realidade, a Lei Judaica proibiu a realização de imagens por temor à idolatria. Não obstante, as colônias judaicas nas cidades da fronteira leste dedicaram-se à decoração das paredes de suas sinagogas com histórias do Antigo Testamento”. Também afirmou que “as imagens em sinagogas (...) tinham a função de explicar em imagens ao povo judeu o significado das passagens bíblicas e que estas imagens não eram e nem podiam ser muito realistas, pois quanto mais realistas elas fossem, maior era o pecado contra o mandamento que proibia imagens” (1993, p. 88-89).

Na Idade Média, os judeus realizavam escritos ilustrados mais conhecidos como iluminuras. Nas iluminuras judaicas medievais eram ilustrados temas bíblicos, inclusive com a representação de figuras humanas, porém, com a função de decoração das páginas dos livros e suas narrativas.

Destes estudos iniciais, pode-se inferir, portanto, que, no período bíblico, a visão do povo de Israel quanto à representação da imagem humana era mais restrita, ou seja, evitava-se confeccionar ou representar a imagem humana de qualquer forma e em qualquer contexto, por causa do temor da corrupção religiosa, ou seja, o temor de que o povo de Israel abandonasse o culto a lahweh ou que adotasse superstições e o sincretismo religioso. Entretanto, no final da Antiguidade e na Idade Média, imagens humanas em sinagogas demonstram que se fortaleceu uma compreensão entre os judeus de que imagens humanas que não tinham a finalidade de ser objetos de culto ou adoração poderiam ser confeccionadas. Resultam dessa compreensão as imagens humanas em sinagogas e em iluminuras de livros nestes períodos históricos.

Bibliografia

- Bíblia de Estudo Almeida. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.
- Bíblia de Jerusalém. 2ª impressão. São Paulo: Editora Paulus, 2003.
- CHOURAQUI, ANDRÉ. *Nomes (Êxodo)*. Tradução de Ivan Esperança Rocha e Paulo Neves. São Paulo: Imago, 1985.
- _____. *Palavras (Deuteronômio)*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Imago, 1985.
- Encyclopaedia Judaica Jerusalem*, volume 8. Jerusalem: Keter Publishing House, 1972.
- GOMBRICH, ERNEST. HANS. *A história da arte*. 15ª ed. Editora Guanabara Koogan S.A., 1993.
- KAUFMANN, YEHEZKEL. *A religião de Israel: do início ao exílio babilônico*. São Paulo: Editora Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo: Associação Universitária de Cultura Judaica, 1989. Coleção Estudos v. 114.
- RAD, GHERARD VON. *Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Francisco Catão. 2ª Ed. São Paulo: Aste/Targumin, 2006.
- SARNA, NAHUM. *Genesis: the traditional Hebrew text with new JPS translation*. Philadelphia: The Jewish Publication Society, 1989. pp. 11-14.

____. *Êxodus: the tradicional Hebrew test with new JPS translation.*
Philadelphia: The Jewish Publication Society, 1989.

____. *Deuteronomy: the tradicional Hebrew test with new JPS translation.*
Philadelphia: The Jewish Publication Society, 1989.